



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REFLEXÕES SOBRE POPULAÇÃO, MIGRAÇÕES E PLANEJAMENTO REGIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO

Reinaldo Onofre dos Santos (IGC-UFMG) - reinaldosantos@ymail.com

Doutorando em Geografia

Alisson Flávio Barbieri (CEDEPLAR-UFMG) - barbieri@cedeplar.ufmg.br

Professor Adjunto do Departamento de Demografia

Reflexões Sobre População, Migrações e Planejamento Regional para o Desenvolvimento

Resumo

O crescimento populacional inspirou teorias que, tanto no passado como no presente, contribuíram para o debate entre população e desenvolvimento, bem como deram corpo à Demografia como ciência. Com orientações diferentes e afirmações por vezes antagônicas, essas teorias influenciaram e influenciam o ponto de partida e o meio pelo qual se concebe Planejamento Regional. A racionalidade do planejamento está intimamente ligada à importância dada a quem é(são) beneficiado(s) com tal ação, ou seja, população e/ou mercado. Apresentam-se aqui algumas reflexões sobre o debate e como a Demografia pode contribuir para o Planejamento Regional com vistas ao Desenvolvimento, além de algumas sugestões de interpenetrações de outros campos das ciências. Entende, enfim, que o a relação entre crescimento econômico e população deve basear-se nas escalas espacial e temporal dos fenômenos *vis-à-vis* o objetivo de construir um planejamento que busca, numa sociedade de mercado, o desenvolvimento dentro de uma racionalidade social.

Reflexões Sobre População, Migrações e Planejamento Regional para o Desenvolvimento

Introdução

Criticada ou mesmo usada de forma anacrônica, a obra de Thomas Malthus suscitou debates que deram corpo à Demografia como ciência e motivaram as discussões sobre o crescimento populacional e o papel da dinâmica de seus componentes para o crescimento ou desenvolvimento econômicos dos lugares, regiões e países. A preocupação principal era se o crescimento demográfico contribuiria, de forma positiva ou negativa, ou não para o crescimento econômico.

Entretanto, o crescimento econômico também tem o seu papel condicionante no crescimento demográfico, seja como um reflexo da modernização da sociedade, seja por propiciar maiores retornos à mobilidade para certas regiões. A teoria da migração é pródiga nesse sentido, buscando entender como fatores econômicos locais orientam os fluxos migratórios e imprimem um crescimento demográfico diferencial no espaço. Esse processo é ainda mais expressivo em regiões ou países onde os níveis de fecundidade e mortalidade atingem valores suficientemente baixos para colocar a migração como principal componente no crescimento demográfico, em especial no curto prazo.

Não por acaso, o planejamento regional insere, em maior ou menor grau, a migração como fator importante para a organização territorial, alocação de infra-estrutura, expansão de aparelhos e serviços públicos, transporte e oferta de unidades habitacionais. Justamente pela importância da população no planejamento regional é que existe grande demanda por projeções populacionais que orientem as decisões a serem tomadas e as sugestões a serem seguidas.

Com vistas a fornecer elementos para essa discussão, esse artigo discute alguns elementos sobre a relação entre população e desenvolvimento, o papel das migrações nesse processo e como a demografia se insere como hábil instrumento para o planejamento regional.

Sobre população e desenvolvimento

Nesta seção serão tratadas algumas teorias que inspiraram o debate sobre população e desenvolvimento, além da contribuição de algumas abordagens teóricas para entender o papel da mobilidade, dos fatores econômicos e sociais no crescimento demográfico. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento é, ao mesmo tempo, polissêmico e controverso. Assume-se, nesse trabalho, que o desenvolvimento é marcado por uma melhoria das condições de vida e liberdades individuais e coletivas, conjugadas com o crescimento econômico. A inserção da idéia de desenvolvimento será feita em sua relação com o crescimento populacional, dada a importância desse debate para orientar o papel do planejamento em seus fins últimos, tal como explicitado nos últimos parágrafos desse capítulo.

O crescimento populacional é um grande inspirador na construção de teorias sobre seus impactos nas esferas ambiental, econômica, social, política e cultural. Para explicar seus efeitos na Europa pré-capitalista, Malthus (1798) discute os efeitos da produção agrícola sobre o nível de fecundidade e mortalidade. Segundo ele, a capacidade de produção de alimentos eleva a qualidade de vida ao ponto de motivar a ampliação da fecundidade, ao passo que sua redução levaria ao aumento da mortalidade e redução do nível de fecundidade¹. Os mecanismos que Malthus observa em operação na dinâmica demográfica de seu tempo são, num olhar contemporâneo, anacrônicos. Todavia, a idéia de que crescimento populacional positivo significa mais miséria é corrente e, num cenário de grande crescimento populacional como o assistido em alguns países em desenvolvimento no século XX, faz (re)surgirem idéias controlistas de planejamento familiar que visem desacelerar esse crescimento demográfico, visto como negativo ao desenvolvimento econômico.

Entretanto, com evidências tiradas principalmente da África, Boserup (1965 e 1996) apontam o contrário daqueles que se apoiavam na teoria malthusiana. Para a autora, o aumento da densidade populacional implicaria na aplicação dessa força de trabalho e na reorganização social, motivando o avanço técnico e aumento da produção de alimentos. Nesse sentido, o crescimento populacional converte-se num ponto positivo, um potencial de capacidade produtiva. Malthus elaborou sua teoria num cenário sem grandes inovações

tecnológicas, no qual apenas a disponibilidade de terras poderia ampliar a produção de alimentos.

A alocação da população em seus modelos de análise como fator dinâmico foi uma contribuição comum a Malthus e Boserup. Entretanto, enquanto para Malthus a população era endógena às mudanças econômicas, para Boserup seu crescimento e ampliação de sua densidade eram indutores de mudanças tecnológicas e, por conseguinte, econômicas (LEE, 1986).

Lee (1986) elabora uma síntese dos modelos de Malthus e Boserup, assumindo que ambos aceitam os retornos decrescentes ao acréscimo da força de trabalho, segundo um determinado nível de tecnologia que, para Malthus, era basicamente constante no tempo. Além disso, inovações tecnológicas possibilitariam o crescimento da população a um novo equilíbrio e, nesse sentido, população e tecnologia interagem em uma espiral ascendente e se reforçam mutuamente (LEE, 1986). Dentro do modelo dinamizado de Lee (1986), o crescimento populacional seria negativo ao desenvolvimento até que se atinja um novo patamar tecnológico. A partir desse patamar, a população atingiria um novo ponto de equilíbrio com os recursos, estando num contingente superior ao do patamar tecnológico definido no passado.

Um esforço para compreender a relação entre população e crescimento econômico no pós-guerra foi feito por Coale & Hoover (1958). Os autores indicam que um cenário de crescimento populacional acelerado levaria a uma estrutura etária mais jovem e, por conseguinte, menor disponibilidade de força de trabalho, ou população em idade ativa, em relação à população total. Tal situação acarretaria redução da poupança e seria um freio ao crescimento econômico (PAIVA, 2010). Nessa interpretação, o crescimento populacional é exógeno ao crescimento econômico.

O modelo de Solow tradicional, tal como apresentado por Rios-Neto (2009), indica que o crescimento econômico seria possível apenas com a ampliação da poupança e dos investimentos, sendo o crescimento populacional um fator negativo para a ampliação da relação entre capital e trabalho. Por considerar a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico inversa, tal como em Malthus, essas teorias, como as de Solow e Coale & Hoover, foram denominadas neomalthusianas. Em contrapartida a estes modelos, as teorias de cunho estruturalista colocavam a população como um excedente de força de trabalho das regiões mais pobres, sem explicitar que o crescimento populacional seria um ponto negativo no processo de desenvolvimento (RIOS-NETO, 2009; SINGER, 1998).

Na verdade, tanto em Coale & Hoover (1958) quanto em Solow (apud RIOS-NETO, 2009), mudanças demográficas são variáveis que determinam, em maior ou menor grau, o desenvolvimento econômico de lugares, regiões ou países. Por outro lado, teorias de cunho estruturalista, ou neomarxistas (DE HAAS, 2008), inserem a dinâmica demográfica como um

fator condicionado pela estrutura social e econômica vigente, enfim, um fator endógeno ao processo de desenvolvimento.

Vale ressaltar que as teorias neomalthusianas abarcam, em grande parte, o efeito do crescimento populacional na economia, mas não exatamente o contrário. Essas teorias assumem o “choque” do crescimento populacional como um fenômeno exógeno aos modelos. Em outras palavras, é assumido um determinado impacto do crescimento populacional sobre o desempenho do sistema econômico, mas não o processo de longo prazo de ajuste entre população e economia, conforme previsto no modelo malthusiano. Em suma, os modelos divergem da endogeneidade originalmente proposta por Malthus (população se ajustando no longo prazo às condições econômicas e vice-versa), porém não divergem do pressuposto neomalthusiano de impacto negativo do crescimento populacional sobre os recursos.

Estudos sobre a influência do crescimento econômico, desenvolvimento, modernização e urbanização da sociedade e seus impactos sobre o crescimento populacional tem seu foco nas componentes demográficas e não no crescimento em si (NOTESTEIN, 1953; CLELAND & WILSON, 1987; BECKER, 1981; BILSBORROW, OBERAI & STANDING, 1984; ZELINSKY, 1983). De todo modo, Rios-Neto (2009) salienta que não existem evidências atuais suficientes para concluir que existe uma relação entre crescimento populacional e crescimento econômico, mas que a transição demográfica, endógena ao processo, é promotora de fatores condicionantes do crescimento econômico.

Nessa discussão, a análiseⁱⁱ dos autores não explicita os efeitos da migração no crescimento e, também, no desenvolvimento econômico. Uma tentativa de explicação da relação entre mobilidade populacional e desenvolvimento foi feita por Zelinsky (1971). Em seu trabalho, o autor sintetizou cinco fases em que associa a mobilidade populacional de áreas mais e menos desenvolvidas ao estágio de modernização e urbanização. A importância de se discutir o papel da mobilidade advém do fato de que a mesma responde mais rapidamente a variações econômicas e tecnológicas, mudando de intensidade e perfil dos migrantes. Esse efeito é mais intenso em populações menores e que assistem a mudanças rápidas da estrutura produtiva regional, com o crescimento do emprego e fácil fluxo de informações.

Migração e Desenvolvimento

Smith (et. al, 2001) apontam que os modelos estruturais para a projeção de pequenas populações têm foco no componente migratório. Segundo os autores, tal atenção se dá pelo fato de que a migração é mais volátil e responde rapidamente a conjuntura econômica e ambiental quando comparada com a fecundidade e a mortalidade.

A teoria da migração fornece importantes insumos que permitem mensurar e avaliar o papel de oscilações econômicas no crescimento populacional, principalmente num cenário de declínio da fecundidade e mortalidade que promove maior destaque à mobilidade populacional no crescimento demográfico (CARVALHO, 2001). Sendo assim, torna-se necessária a discussão sobre as principais teorias acerca a mobilidade, explicitando suas variáveis condicionantes para então nortear as interpretações que podem ser dadas sobre os efeitos do crescimento econômico sobre o crescimento populacional.

A migração, tal como qualquer tipo de mobilidade espacial da população, exibe características vinculadas a dois pontos no espaço. Lee (1966) já apontava para essa importância, chamando a atenção para os fatores locais que atraem e expulsam população, os chamados *push and pull factors*.

Os modelos clássicos de análise migratória, inspirados em Lee (1966) e Ravenstein (1885), já apontavam a migração como componente sensível às oscilações econômicas. A retomada dessas idéias traduz-se no modelo de economia dualista de Lewis em que há, segundo Bilsborrow (et al, 1984), a idéia de que os salários rurais chegam ao limite da subsistência quando a população assumisse um tamanho que induzisse uma produtividade marginal próxima ou igual a zero (BILSBORROW, et al, 1984). Por seu turno, o ambiente urbano seria dotado de pleno emprego, variando o salário segundo apenas o número de pessoas disponíveis à trabalhar.

Os modelos neoclássicos de migração, como o de economia dualista de Lewis, colocam que o movimento da população no espaço se dá devido à existência de um diferencial dos salários. Num ambiente onde não há essa variação, a população não seria motivada a buscar rendimentos maiores em outras localidades e, por fim, não haveria mobilidade.

Porém, a ampliação da renda numa determinada localidade atrairia a população de outras áreas e, num segundo momento, a ampliação da oferta de força de trabalho reduziria os salários até o equilíbrio. Nesse sentido, a migração é um fenômeno de desequilíbrio, porém equilibrante no longo prazo, que tenderia a se orientar da área de menor salário para a de maior salário (BILSBORROW et al, 1984).

O modelo de Todaro, apesar de suas semelhanças com o modelo dualista de Lewis, considera a possibilidade de desemprego em ambiente urbano, indicando que o motor de desequilíbrio não seria somente a renda, mas a renda esperada. Esta pode ser definida como a renda nominal corrigida por um fator de empregabilidade (1-taxa de desemprego) (TODARO, 1969). A principal crítica ao modelo reside na premissa de que todo potencial migrante tem pleno conhecimento sobre seu destino. Este é, a rigor, um axioma comum em teorias de migração de trabalho de inspiração neoclássica.

No estudo regional de redes urbanas, geógrafos colocam a migração como um elemento demográfico de fluxo, uma tradução na população da interação entre os lugares, obedecendo à ordem hierárquica dos centros, bem como da própria estrutura de circulação (ROCHFORT, 1983; CORRÊA, 1988; CORRÊA, 1989). A interação entre os lugares, então, seria diretamente relacionada à qualidade das vias de transportes e inversamente proporcional a distancia entres os mesmos (ZELINSKY, 1983; BROWN e SANDERS, 1981). Por seu turno, a Geografia Urbana Brasileira em muito criticou a visão clássica christalleriana, segundo a qual as interações espaciais em rede são um fenômeno de equilíbrio a exemplo da economia neoclássica, em que a realocação de qualquer fator de capital demanda a reorganização sensível e racional dos outros elementos para atingir novamente as relações constantes do estado anterior ou, ainda, um novo equilíbrio. Trata-se de considerar o espaço como uma planície isotrópica, onde os custos seriam inversamente proporcionais à distância, condicionando todas as relações econômicas regionais (CORRÊA, 1989 e CORRÊA, 1997).

Por outro lado, a perspectiva histórico-estrutural predominante na Geografia Brasileira possui similaridades com aquela de mesma perspectiva para movimentos migratórios. As redes urbanas seriam manifestações da drenagem da renda fundiária e da força de trabalho, parte dos ciclos de reprodução do capital em que a cidade estabelece com a região uma relação de dependência (CORRÊA, 1989 e CORRÊA, 2006).

Colocando-se em foco que os lugares possuem uma dinâmica própria definida pela combinação de aspectos sociais, econômicos e dos sistemas de engenharia, assume-se então que cada lugar constitui-se de particulares caracteres que acarretam numa acumulação desigual dentro do processo de desenvolvimento (SANTOS, 2004a e SANTOS, 2004b). Zelinsky propôs um modelo de transição de mobilidade que assume padrões de migração diferenciados segundo estágio de desenvolvimento econômico (BROWN e SANDERS, 1981; ZELINSKY, 1971; ZELINSKY, 1983; HARBISON, 1981). Nessa visão, o desenvolvimento é encarado como modernização, uma transição mais ampla de uma sociedade tradicional para uma sociedade urbano-industrial ou urbanização plena da sociedade (LEFEBVRE, 1999 e HARBISON, 1981).

Harbison (1981) destaca que a percepção de uma transição da migração tal como apresentado em Zelinsky (1971) assumiria que os movimentos passariam de motivações estruturais para a decisão racional individual. Assim, países mais desenvolvidos assistiriam esse último tipo, enquanto limitantes estruturais balizariam a migração em países pobres. A autora critica essa análise de transição e sugere que a decisão individual sempre ocorre e, nesse sentido, restaria buscar entender como fatores estruturais podem condicionar o processo. Esse destaque também é feito por Brown & Sanders (1981), principalmente com a ampliação do papel das redes formais de informação e redução do papel dos fatores

estruturais de expulsão, levando os indivíduos a se moverem por influência maior dos *pull factors*.

De todo modo, se os setores mais modernos ou desenvolvidos são aqueles de maior atração populacional para o trabalho, pode-se inferir, a partir dos teóricos do desenvolvimento espacial desigual (SANTOS, 2004b), ou mesmo daqueles que explicam a mobilidade por meio de modelos de equilíbrio, que os movimentos migratórios vão responder positivamente ao crescimento econômico de determinadas áreas em detrimento de outras. É difícil prever a forma que tais processos vão assumir, principalmente porque dependem de fatores organizacionais das comunidades, tais como redes e capital social, bem como na escala micro da estrutura, como arranjos familiares e atributos individuais.

Visto como uma forma de interação espacial por constituir fluxos entre fixos (SANTOS, 2002) a migração deve ser interpretada como manifestação de integração e organização espacial. De fato, a endogeneidade latente da migração em relação a fatores locais já aqui discutidos demonstra formas e funções atribuídas ao espaço que mantêm os fluxos (SANTOS, 2002 e CORRÊA, 1988).

Brown e Sanders (1981) apontam que a mobilidade populacional é dependente da estrutura de transportes e dos meios formais de comunicação, assim como apresentam o modelo potencial gravitacional como forte ferramenta para a análise das interações espaciais. Tais modelos são também muito utilizados em economia regional, e conferem a explicação dos fluxos migratórios, por exemplo, à relação direta desses com as massas dos lugares e inversamente proporcional à distância (BROWN & SANDERS, 1981; GARCIA, SOARES-FILHO & SAWYER, 2007; CASTRO & ABREU, 2004; NOGUEIRA, 1993).

Seja considerando o espaço uma planície isotrópica ou com fricções espaciais, as teorias sobre migração em geral indicam que os fluxos migratórios se orientam em direção às áreas de maior crescimento econômico ou desenvolvimento. Uma das principais controvérsias, como já indicado, é se a migração é equilibrante ou não. Modelos espaciais, como o de potencial gravitacional, não predizem ou oferecem análise sobre emigração, uma vez que, por construção, indicam em geral *pull factors* e concentração populacional (ZIPF, 1946; STEWART, 1948; NOGUEIRA, 1993; BROWN & SANDERS, 1981).

Sendo assim, o crescimento econômico pode ampliar o diferencial de salários regionais levando, por exemplo, ao fortalecimento de um modelo centro-periferia típico dos países em desenvolvimento. Assim, a possibilidade de maior oferta de postos de trabalho em relação a outras áreas teria o efeito de atrair indivíduos que buscam tanto maximizar sua utilidade, quanto aqueles que visam ampliar seu portfólio de forma a reduzir os riscos dentro de um sistema de decisão familiar (HARBISON, 1981). Gierhake (1999) destaca o papel da migração no planejamento e desenvolvimento regional como fruto de variações regionais no

mercado de trabalho e que não necessariamente atrai grupos mais pobres, mas sim indivíduos jovens e melhor informados de regiões mais empobrecidas.

Schachter & Althaus (1989) lembram que imigração e emigração ocorrem não apenas em uma determinada localidade, mas dentro de um modelo de equilíbrio. A inovação é justamente considerar que o equilíbrio não é o movimento nulo da população, bem como o de indicar que é a variação na estrutura de ganhos relativos ao ato de emigrar ou imigrar que motiva o movimento espacial da população.

Nesse sentido, com vistas a projetar a população em determinado lugar, pode-se considerar os fluxos tendenciais de mobilidade, com atenção aos possíveis gradientes que podem ocorrer com algum choque exógeno no emprego que ampliaria a atração populacional. É importante também indicar as tendências de crescimento e reestruturação regional, sempre levando em consideração a instabilidade da população quanto menor for a sua dimensão. Vale discutir também, como será feito nas próximas linhas, qual o papel da migração e do crescimento populacional no planejamento e vice-versa. Percebe-se que a percepção sobre qual o papel do planejamento no desenvolvimento em qualquer escala é dependente e fortemente correlacionado com o viés com que é tratado o crescimento populacional, se positivo, negativo ou irrelevante ao processo.

População e Planejamento para o Desenvolvimento

A discussão sobre as abordagens teóricas em migração na seção anterior induzem às seguintes perguntas: qual a relação entre migração, como mecanismo garantidor de eficiência econômica, e desenvolvimento? Como essa relação pode ser traduzida em um planejamento territorial aplicável? Essa seção busca algumas respostas tentativas a essas duas questões interrelacionadas.

Tangenciando a relação: dinâmica populacional e desenvolvimento

Friedman (1987) define o planejamento em sociedades territorialmente organizadas como “gestão da mudança”. De fato, se o espaço e o tempo fossem uma constante, o planejamento territorial não teria papel num cenário tão monotônico. Não obstante, espaço e tempo variam em sua configuração, distribuição de fatores de produção, infra-estrutura, pessoas e seus atributos, enfim, um movimento constante de (re)construção.

Enquanto sociedades territorialmente organizadas (FRIEDMAN, 1987) usam o planejamento como gestão da mudança, outras sociedades com menor nível de desenvolvimento poderiam ver esse mesmo planejamento como gestão para mudança. Nesta orientação, Vainer (2002) mostra as perspectivas do planejamento como ação política

na promoção do desenvolvimento, atuando entre o global e o local. A discussão sobre qual escala é determinante para a totalidade do desenvolvimento ganha fôlego já no final dos anos 1990 com a aceleração do processo de globalização e modernização da sociedade. Porém, colocar o desenvolvimento como processo em que existem forças globalizantes dominantes e resistências locais tira a possibilidade dos múltiplos arranjos que podem ser feitos para um desenvolvimento inclusivo e multiplicador como a perspectiva regional oferece.

Tem-se, então, que o planejamento possui espacialidade e temporalidade definidas segundo um sistema de racionalidades. A racionalidade do planejamento colocada em Friedman (1987) se assemelha as idéias de Santos (2002) em que ao espaço é atribuída uma instrumentalidade racional para atender a um sistema articulado. Tal racionalidade pode estar vinculada à manutenção das relações econômicas e funcionamento dos mercados em suas múltiplas escalas, objetivando a ampliação da produtividade dos atores envolvidos e dos retornos das ações dos mesmos. Em um paralelo a Santos, essa racionalidade é denominada por Friedman (1987) de racionalidade de mercado. Numa outra perspectiva, o planejamento pode estar vinculado à redução dos efeitos negativos da lógica de mercado, empenhando-se em programas de inserção social e redução das desigualdades e que Friedman (1987) chama de racionalidade social.

Para Friedman (1987), o planejamento no âmbito público deve equalizar essas racionalidades, guiando a economia à estabilidade econômica, fornecendo serviços públicos que atendam ao mesmo tempo a população e as atividades econômicas, bem como subsidiar atividades corporativas de pequenos empresários e agricultores, coordenando as atividades com fins a redução das desigualdades e crescimento econômico. Dentre as atividades do planejamento regional estaria o desenvolvimento de políticas de localização industrial, desenvolvimento rural, sistemas de transportes, recursos naturais e de ocupação populacional. Nota-se que população, na visão de planejamento regional de Friedman (1987), tem importância tanto no que se refere a quem deve beneficiar o desenvolvimento, quanto a qual seria a distribuição da população e seu papel no processo.

Por outro lado, Skeldon (1990) destaca que, em teoria, políticas de distribuição da população podem equilibrar o crescimento econômico e os recursos disponíveisⁱⁱⁱ. Na prática, políticas que buscam atuar diretamente sobre a mobilidade e distribuição populacional tiveram o objetivo de conter o crescimento da cidade primaz dentro dos sistemas urbanos de países em desenvolvimento. Assim, Skeldon (1990) destaca três políticas sobre a distribuição populacional: a) restrição à cidade primaz, b) potencialização de destinos alternativos, e c) contenção de potenciais migrantes nas zonas rurais.

Vale destacar que a implantação dessas políticas depende de interpretações sociais, culturais e econômicas, podendo se traduzir em repúdio da população segundo preceitos

amplamente aceitos. Por exemplo, a restrição de acesso à cidade primaz como meio de evitar uma urbanização descontrolada é uma política que vai contra os ideais de democracia e liberdade. A preocupação com essa mobilidade para o topo da hierarquia urbana tem um forte componente ideológico neomalthusiano, em que o crescimento populacional acelerado *per si* geraria o processo de periferização e pobreza numa racionalidade de mercado.

De fato, crescimento populacional acelerado via migração, acima do crescimento do emprego, levaria a redução dos salários, ampliando o poder de barganha para atrair investimentos. Em contrapartida, o desemprego crescente só ampliaria a pobreza urbana e a concentração populacional poderia chegar a limites que levariam a rendimentos decrescentes (Skeldon, 1990).

A criação de novas centralidades potenciais, segundo Skeldon (1990), poderia advir do crescimento das cidades médias. A potencialização de novos destinos pode resolver a distribuição dentro de uma “racionalidade de mercado”, todavia pode gerar um processo de reconcentração populacional, uma vez que os fatores móveis de produção e serviços tendem se aglomerar no espaço, aglutinando-se onde há uma estrutura disponível (DINIZ, 1993). Skeldon (1990) aponta que, nessa orientação, economias de escala podem atuar em pequenas cidades, criando uma distribuição mais equilibrada.

No Brasil, o Programa para cidades de Porte Médio de 1976, desenvolvido pela então Comissão Nacional de Política Urbana, tentou dinamizar municípios que teriam o papel de conter o crescimento das grandes cidades (AMORIM-FILHO, 1984). Depois de sucessivas etapas e com o processo de abertura política que acarretou a municipalização de parte da responsabilidade sobre a arrecadação, o resultado foi uma desconcentração relativa da economia que reorientou a migração para cidades médias em ascensão, novas centralidades fortemente arraigadas aos grandes centros urbanos (DINIZ, 1993; MATOS, 2005).

A contenção da população rural demandaria mudanças estruturais no uso e distribuição da terra (SKELDON, 1990). Nesse sentido, políticas como a reforma agrária e programas de auxílio à produção nas pequenas propriedades contribuiriam para a manutenção da população no campo. Deve-se ressaltar que tais políticas põem a mobilidade como um conjunto de fluxos induzidos apenas por fatores econômicos e que os indivíduos são dotados de racionalidade econômica, situação muitas vezes não verossímil.

A preocupação existente por parte dos planejadores quanto à distribuição espacial da população parte da concepção de que, dentro de uma racionalidade de mercado, o crescimento demográfico pode trazer impactos negativos ao desenvolvimento e, por isso, o papel do planejamento é de gerir a mudança, avaliando as futuras demandas sociais e ambientais de infra-estrutura e serviços (FRIEDMAN, 1987; BILSBORROW, 1976).

Bilsborrow (et al, 1984) elencam algumas conseqüências da migração para a origem e destino dos fluxos. Por exemplo, sobre os domicílios, se a migração for de pessoas não produtivas, a qualidade de vida do domicílio tende a aumentar. Entretanto, na maioria das vezes, segundo Bilsborrow (et al, 1984), são homens jovens adultos que migram, gerando a necessidade de maior carga de trabalho entre os habitantes do domicílio, podendo ampliar também o trabalho feminino.

Segundo Bilsborrow (et al, 1984), o fluxo rural urbano aumentaria a demanda por produtos rurais, elevando os preços e conseqüentemente motivando a ampliação da produção rural. A possível ampliação da produção rural aumentaria a demanda por força de trabalho, o que geraria o aumento do salário rural. Nesse sentido, a migração seria interessante para o desenvolvimento rural. Todavia, se a migração rural-urbana se der pelos indivíduos com maior capital humano, o salário médio dos ambientes rurais tenderá a diminuir, sendo apenas um motivador potencial para o desenvolvimento urbano.

As migrações poderiam também motivar mudanças no uso de tecnologias. Em ambientes urbanos, os migrantes podem adquirir novas aspirações e, conseqüentemente, transferi-las para seus contatos rurais. Por outro lado, o processo emigratório poderia elevar os salários rurais, motivando o uso de tecnologia para ampliar a produtividade marginal do trabalho (BILSBORROW et al, 1984).

Sobre a distribuição de renda, se a migração for neutra em relação à riqueza do domicílio de origem, a migração poderá não gerar grandes diferenças na distribuição de renda (BILSBORROW et al, 1984). Contudo, se a emigração for seletiva por origem em domicílios mais pobres, os retornos advindos de remessas ou de retornos diversos podem reduzir a desigualdade social. Ressalta-se que a emigração de indivíduos provenientes predominantemente de domicílios mais ricos tenderia a ampliar a desigualdade, uma vez que com maior capital humano os retornos advindos seriam maiores.

Ao retratar os impactos na estrutura demográfica, Bilsborrow (et al, 1984) elencam que se a emigração influencia o nível de renda, o mesmo acontecerá com a fecundidade, pelo fatos das duas estarem fortemente relacionadas. Se a emigração for predominantemente de jovens adultos masculinos, a razão de sexo se desequilibraria, podendo ocorrer uma mudança significativa no mercado de casamentos.

A migração pode ser vista como um investimento gerador de desenvolvimento ao beneficiar indivíduos e famílias. Contudo, a migração gera impactos negativos diversos que, ao contrário, podem gerar maior desigualdade e pressão sobre o desenvolvimento do país, como tratado anteriormente. Bilsborrow (et al, 1984) aponta que se a mobilidade é motivada por fatores de atração, a oferta de força de trabalho aumentaria a eficiência econômica do ambiente de destino quanto a tecnologia de trabalho intensivo, reduzindo os salários.

Skeldon (2008) destaca que a migração não pode ser relacionada a uma causa do processo de desenvolvimento, mas sim a uma parte do processo que pode ser convertida e administrada por políticas corretas. Por outro lado, o debate sobre migração e desenvolvimento define o primeiro termo como determinante, o que é um erro na perspectiva do autor, que considera que o desenvolvimento tem suas raízes na estrutura econômica e institucional, além da migração não tem poder suficiente para reconduzir o desenvolvimento, mesmo fazendo parte do mesmo. Desenvolvimento, nessa perspectiva, é exógena ao processo de mobilidade e, por conseguinte, das oscilações resultantes no crescimento populacional. Por ser parte integrante do processo de desenvolvimento,

Migration and regional social and economic planning area intimately related, since migration alters the spatial distribution of the population and thereby, influences the location of government services and affects private and public production and employment (BILSBORROW, 1976 p.54).

Tomando migração endógena ao desenvolvimento, o planejamento que organize o território para a ampliação do bem estar da população e crescimento econômico torna-se outro fator de atração populacional. Assim, o planejamento deve entender a dinâmica de crescimento da população para predizer seus efeitos, bem como atender a futuras demandas, na perspectiva de que o papel desempenhado na gestão da/para a mudança poderá agir diretamente sobre as motivações de orientação de fluxos para a região.

O planejamento como indutor da relação entre dinâmica populacional e desenvolvimento

Numa tentativa de entender o papel da população no planejamento do desenvolvimento houve, em 1989, o Simpósio sobre População e Planejamento para o Desenvolvimento em Riga, na Letônia (UNITED NATIONS, 1993).

Uma das recomendações do documento final foi a de inserção de variáveis demográficas no processo de planejamento, tendo em vista que para se ter uma visibilidade maior sobre o futuro é necessária a construção de projeções tanto do capital quanto da força de trabalho (UNITED NATIONS, 1993). Considera-se ainda que a migração seja uma variável crítica no processo de desenvolvimento, uma vez que a seletividade dos fluxos é de mobilidade dos mais qualificados, beneficiando as áreas de destino em detrimento da origem.

Segundo Rees (1993), a população é uma variável endógena ao planejamento. Como exemplo, o autor cita que a construção de um plano de investimentos em

determinada área ampliaria a circulação e a migração e, por conseguinte, o crescimento populacional.

Outro exemplo seria os estudos sobre plano de pensão. Nestes estudos, as projeções populacionais são mantidas constantes e independentes, ou seja, sem efeito exógeno sobre os planos. Todavia, se houver cortes nos planos de pensão a ampliação da pobreza teria influência sobre o nível de mortalidade e, por conseguinte, efeitos negativos sobre o crescimento populacional (REES, 1993). Nesse sentido, o autor aponta a importância das projeções populacionais para o planejamento, colocando-a como uma resposta aos processos econômicos.

Na construção de projeções populacionais para o planejamento do desenvolvimento, Rees (1993) recomenda a definição da unidade geográfica de análise. O autor aponta que uma região seria mais bem empregada nas projeções, considerando sempre a área como aberta aos fluxos inter-regionais. Isso porque, *“migration is the process by which development trends and projects are translated into population change”* (REES, 1993 p. 74). Segundo o autor, o crescimento natural responde muito mais lentamente ao desenvolvimento em relação à migração, principalmente quando se trata de pequenos domínios.

Para o planejamento regional, projeções populacionais são instrumentos para avaliar os impactos das mudanças e para identificar as demandas futuras que o crescimento demográfico impõe. Coloca-se em foco que a população também é parte da mudança que o planejamento tem por finalidade gerir. Se o crescimento populacional futuro será positivo ou negativo ao desenvolvimento da região dependerá, também, do papel das instituições de organização territorial e planejamento que devem minimizar os efeitos deteriorantes da lógica de mercado, impondo uma racionalidade social aos recursos econômicos vindouros.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou discutir a importância de definir e mensurar a dinâmica demográfica como uma dimensão fundamental em do planejamento regional. Para tanto, foi feita uma discussão teórica sobre o papel da dinâmica demográfica no desenvolvimento. Nesse trabalho, focou-se apenas na relação entre dinâmica da população e mudanças econômicas sem, contudo, fazer uma discussão ampla sobre o conceito de desenvolvimento. Entende-se que essa discussão cabe a outros trabalhos devido à polissemia do conceito e das orientações ideológicas diversas sobre o mesmo.

O debate sobre a relação entre população e desenvolvimento ganhou várias interpretações, que em muitas vezes figuraram em idéias antagônicas, e em outras, complementares. Por exemplo, Malthus (1798) desenvolveu seu modelo no qual a dinâmica

populacional é tratada como uma variável endógena às mudanças econômicas. Boserup (1965), por seu turno, apresentou a população como um fator exógeno ao progresso técnico e, por conseguinte, do desenvolvimento.

Todavia, para responder o papel de mudanças econômicas na dinâmica demográfica no curto e médio prazo, essas teorias precisam ser pensadas no que tange ao papel da mobilidade populacional. A teoria de migração fornece algumas pistas do efeito de mudanças econômicas em diversas escalas no crescimento populacional. Em geral, migração é o componente demográfico que responde mais rapidamente a variações na conjuntura social e econômica, conforme sugerido, por exemplo, pela teoria de respostas multifásicas de Davis (1963). Sua realização depende de fatores estruturais e conjunturais, além de passar pela decisão individual e do cálculo de riscos e retornos que o empreendimento pode vir a realizar.

Nesse sentido, num cenário em que os níveis de mortalidade e natalidade estão em declínio como no caso brasileiro, o processo de crescimento econômico pode atuar positivamente no crescimento populacional. As teorias consolidadas sobre a mobilidade populacional divergem quanto aos mecanismos que movem e perpetuam os fluxos migratórios, mas confluem suas idéias quando relacionam crescimento populacional e crescimento econômico.

A concepção de planejamento que se apresenta inclui a Demografia como a ciência que pode fornecer aos planejadores e tomadores de decisão informações sobre o futuro da população, tanto em termos de seu tamanho e estrutura, quanto sobre as demandas sociais correlatas. As Projeções populacionais compõem uma fração inerente ao ordenamento territorial e gestão da infra-estrutura pública e privada nos âmbitos educacional, habitacional, transportes, emprego, dentre outros.

Demografia e Planejamento Regional: Agenda de Pesquisa

Esse trabalho não é mais que um ponto de partida para a discussão sobre Demografia e Planejamento Regional. Além de estudos demográficos *strictu sensu*, vários outros estudos podem ser elaborados para além do alcance dos estudos da Demografia e em conexão com ela, a saber:

- a) Estudo sobre a rede urbana regional: além da circulação de pessoas, existem múltiplas camadas de fluxos e centralidades que se sobrepõe à região. Estudos sobre o abastecimento agrícola, comércio atacadista e varejista, mobilidade com fins ao lazer e a religião, bem como as relações inter-industriais, são instrumentos ótimos para entender o funcionamento da rede urbana e para o planejamento regional.

- b) Riscos e vulnerabilidades: O processo de ocupação que pode se concretizar pode atingir níveis críticos segundo sua distribuição territorial. Análise de riscos e custos ambientais da indústria e da ocupação para a habitação pode ser feita com modelagem cartográfica específica associada a outras técnicas de análise de risco.
- c) Estudos Migratórios: A partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e de trabalhos de campo, podem-se buscar mais informações sobre os padrões de mobilidade, efeitos de causalidade, geografia e história da mobilidade dos grupos e a possibilidade de manutenção dos mesmos a partir de redes sociais inter ou intraregionais.
- d) Técnicas de Projeção: Estudos sobre técnicas alternativas devem ser executados e comparados. Trata-se da ampliação sobre o conhecimento de alternativas de projeção e comparação de resultados para se constituir num sistema de projeções aplicáveis ao planejamento regional.

Sobre esse último item, esse trabalho constitui um ponto de partida, oferecendo um ponto de partida para os estudos de Demografia e Planejamento Regional em que se espera a emergência de novos trabalhos acerca do tema, aprimorando o debate e lapidando concepções sobre a relação entre população e planejamento.

Não obstante, estudos sobre população e planejamento devem considerar seu efeito temporal e espacial. Temporal porque o horizonte do planejamento implica em diferentes preocupações para a Demografia, considerando que políticas habitacionais de curto prazo são necessárias à resposta mais rápida da migração, ao passo que fecundidade e mortalidade respondem mais lentamente. Espacial, pois devido à instabilidade das pequenas áreas, oscilações não apenas locais, mas inter-regionais em diversas escalas, afetam a mobilidade e, por conseqüência, o ritmo de crescimento populacional, econômico e a dinâmica social. Esses são desafios para o planejamento que busca, numa sociedade de mercado, o desenvolvimento dentro de uma racionalidade social.

Referências Bibliográficas

- AMORIM FILHO, O.B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**. Ano 2 nº5, IGC-UFMG: Belo Horizonte-MG, 1984
- BECKER, G. **The demand for children**. In: BECKER, G (ed.). A Treatise on the Family. Chapter 5:93-112. Boston: Harvard University Press, 1981.
- BILSBORROW, R. E. **Population in development planning**: background & bibliography. University of North Carolina at Chapel Hill: Chapel Hill, 1976
- BILSBORROW, R.E.; OBERAI, A.S. ; STANDING, G. **Migration surveys in low income countries**: guidelines for survey and questionnaire design. London and Sydney, Croom Helm, 1984
- BOSERUP, E. **The Conditions of Agricultural Growth**. Chicago, Aldine Publishing Company, 1965, p. 11-35.
- BOSERUP, E. An Analytical Framework and Selected Application **Population and Development Review**, Population Council Vol. 22, No. 3 (Sep., 1996), pp. 505-515
- BROWN, L.A.; SANDERS, R.L. Toward a Development Paradigm of Migration, with Particular Reference to Third World Settings. In: **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. G. F. De Jong and R. W. Gardner. New York, Pergamon Press, 1981
- CARVALHO, J.A.M. **Para onde iremos**: algumas tendências populacionais no século XXI. Revista Brasileira de Estudos da População. Vol. 18, n. 1 / 2, jan./dez., 2001 pps 7-13. (Texto disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol18_n1e2_2001/vol18_n1e2_2001_1discur_sopresidentelUSSP_7_13.pdf)
- CASTRO, José Flávio Morais ; ABREU, João Francisco de. Mapeamento das potencialidades espaciais do Sul de Minas e "Entorno" no ano de 1999. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.14, n.22, p.9-22, 1o sem2004.
- CLELAND, J and WILSON, C. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. **Population Studies**, 41 (1): 5-30, 1987
- COALE, A. J; HOOVER, E. M. **Population growth and economic development in low-income countries**. Princeton: Princeton University Press, 1958.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- CORRÊA, R.L. O Estudo da Rede Urbana: Uma Proposição Metodológica. **Revista Brasileira de Geografia** 50(2) 1988.
- CÔRREA, R.L. **A Rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989
- CÔRREA, R.L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

DAVIS, K.. The theory of change and response in modern demographic history. **Population Index**, vol. 29, nr. 4, 1963, p. 345-366.

DE HAAS, Hein **Migration and Development: A theoretical perspective**. IMI Working Paper. International Migration Institute, University of Oxford, 2008

DINIZ, C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização in:**Revista Nova Economia**, V.3 n.1, Belo Horizonte, 1993.

FRIEDMAN, J. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton University Press, New Jersey, 1987 501p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. 234 p

GARCIA, R.A.; SOARES FILHO, B.S.; SAWYER, D.O. Socioeconomic dimensions, migration, and deforestation: An integrated model of territorial organization for the Brazilian Amazon. **Ecological Indicators** 7 719–730, 2007

GIERHAKE, Klaus Regional development planning in the tropical lowlands of the Cochabamba Departamento (Bolivia). in: **Applied geography and development**. Tübingen v. 53 (1999) p. 42-74

HARBISON, S. F. Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making. In: **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. G. F. De Jong and R. W. Gardner. New York, Pergamon Press, 1981

LEE, E. S. Uma Teoria sobre migração. Population studies series, Series in Studies of Human Resources, 1966 In: MOURA, H. A. (coord) **Migração Interna: textos selecionados**. BNB/ETENE, Fortaleza, 1980

LEE, R. Malthus and Boserup: A Dynamic Synthesis, in David Coleman and Roger Schofield, eds., **The State of Population Theory**, (Basil Blackwell 1986). pp. 96-130, 1986

LEE, R. A Historical perspective on economic aspects of the population explosion: the case of preindustrial england. In: EASTERLIN,R (Ed.) **Population and Economic Change in Developing Countries**. University of Chicago Press 1980 p. 517 – 566

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana** Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

MALTHUS, T. **An Essay on the Principle of Population**, as it Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers. London J. Johnson, in St. Paul's Church-Yard, 1798

MATOS, R. E. (2005) Das Grandes divisões do Brasil à idéia de urbano em rede tripartite. In: MATOS, R.E. (org) **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005

MYRDAL, Gunnar. **Teoria economica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 239p.

NOGUEIRA, Marly. **Interação espacial e metropolização**: um estudo de caso via modelo potencial: o Vale do Aço (MG) - 1980/1991. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1993. 281 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia).

NOTESTEIN, F. **Population**: the long view. In: Schultz, T.W. (ed.) Food for the World. Chicago, University of Chicago Press, 1953

PAIVA, Paulo. Comentários sobre o texto a relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo de Eduardo Rios-Neto In: **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**, ABEP;UNFPA Campinas, 2009

PREBISH, Raul. **Dinamica do desenvolvimento latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1968. 206p

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da migração. Journal of the statistical society, 1885 In: MOURA, H. A. (coord) **Migração Interna**: textos selecionados. BNB/ETENE, Fortaleza, 1980

REES, P. H. Population Projection for Development Planning. In: UNITED NATIONS, **Population and Development Planning**. Department of Economic and Social Development. New York, 1993.

RIOS-NETO, E. A Relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo In: **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**, ABEP;UNFPA Campinas, 2009, 356p.

ROCHEFORT, M. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p.3-18, 1961

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004a

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004b

SCHACHTER, J ; & ALTHAUS, P.G. An Equilibrium Model of gross migration **Journal of Regional Science**, Vol. 29, nº2, 1989. 143-159

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: Singer, P. **Economia política da urbanização**, São Paulo: Editora Contexto, 1998

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162p.

SKELDON, R. **Population Mobility in Developing Countries**. Belhaven Press, London 1990.

SKELDON, Ronald .International migration as a tool in development policy: a passing phase? In: **Population Development Review**, 34(1):1-18, 2008

SMITH, Stanley K; TAYMAN, Jeff; SWANSON, David A. **State and local population projections: methodology and analysis**. New York: Kluwer: Plenum, 2001. xvi, 426 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento economico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

STEWART, John. Demographic gravitation: evidence and applications **Sociometry**, Vol. 11, No. 1/2 (Feb. - May, 1948), pp. 31-58

TODARO, M.P. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **American Economic Review**, 1969, n.59, p.138-148.

UNITED NATIONS, **Population and Development Planning**. Department of Economic and Social Development. New York, 1993.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. **Cadernos IPPUR**, 2002. nº 2001-2/2002-1, p.13-32

ZELINSKY, W The hypothesis of the mobility transition. **The Geographical Review** LX1, 1971, 219-249.

ZELINSKY, W The impasse in migration theory: a sketch map for potential escapes. In: Morrison PA, ed. **Population movements: their forms and functions in urbanization and development**. Liege, Belgium, Ordina Editions, 1983, p.19-46.

ZIPF, G.K. The P_1P_2/D Hypothesis: on the intercity movement of persons. **American Sociological Review**, 11 (December, 1946), p677-686

ⁱ Lee (1980) propõe um modelo de equilíbrio econômico-demográfico, no qual existiria, para a Europa pré-capitalista, um valor de salário que convergiria às taxas vitais e o contingente da população. O crescimento positivo da população reduziria o valor do salário real e, conseqüentemente, das taxas vitais. Com a redução da fecundidade e ampliação da mortalidade haveria, então, redução do contingente populacional e nova convergência ao equilíbrio. Lee acredita que poderia haver uma taxa de absorção de população sem grandes oscilações econômicas que, para a Inglaterra pré-industrial, seria de aproximadamente 0,4% ao ano.

ⁱⁱ Para evitar maiores digressões, não serão discutidas aqui as grandes correntes da teoria do desenvolvimento. Entretanto, as teorias de crescimento populacional claramente apresentam interpretações diferentes para o significado do conceito de desenvolvimento. Souza (1999) ressalta que os modelos neoclássicos como o de Solow tomam como sinônimos crescimento e desenvolvimento. Para o autor, crescimento econômico apenas se converte em desenvolvimento quando há reflexos positivos na estrutura econômica e social (SOUZA, 1999). Para o início de uma discussão mais ampla sobre o conceito, ver Myrdal (1968), Prebish (1968), Furtado (2009), Singer (1977) e Sen (2000).

ⁱⁱⁱ As políticas de distribuição da população podem ser divididas em diretas, que atuam sobre o migrante e seu deslocamento, e indiretas, que atuam nos agentes indutores ou motivadores da mobilidade (SKELDON, 1990).